

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE
n.º 036/2023

RATIFICO a presente JUSTIFICATIVA e, por conseguinte, aprovo o procedimento. Publique-se e providencie-se o contrato.

Itabaiana/SE, 05 de 06 de 2023.


Adailton Resende Sousa
Prefeito Municipal

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA, por intermédio da Procuradoria Geral do Município, em atendimento aos art. 25, inciso II, e art. 26, caput da Lei Federal nº 8.666/93, JUSTIFICAR o caráter de inexigibilidade de licitação, com a empresa VILA NOVA, CARVALHO, SAMPAIO, CALUMBY E CONRADO ADVOGADOS ASSOCIADOS-EPP que tem como objeto ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA na área do direito público municipal, envolvendo o contencioso e administrativo das seguintes atividades:

- Acompanhamento dos recursos judiciais cíveis em trâmite perante os Tribunais, Estaduais e Federais (TRF's), e Cortes Superiores (STF e STJ), que tenham como parte o Ente Público;
- Acompanhamento e defesa no âmbito das ações civis públicas, tanto perante a alçada Estadual como Federal, neste caso, também as demais demandas judiciais cíveis, perante o Juízo Federal, e até a tramitação final;
- Acompanhamento e defesa em sede de processos e demandas administrativas, perante o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE), Tribunal de Contas da União (TCU), Ministérios que integram o Governo Federal, e Ministérios Públicos, Estadual (MPE) e Federal (MPF);
- Acompanhamento e atuação no âmbito de programa e/ou ações voltadas a promover a regularização fundiária urbana (REURB), de acordo com a Lei nº 13.465/17;

Estas informações estão de acordo com as especificações constantes da Inexigibilidade de Licitação, seu Projeto Básico, e proposta do escritório a ser contratado, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, de acordo com o art. 55, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA

Ofício N° 705

Para respaldar a contratação, esta Comissão traz anexado aos autos do processo peças fundamentais, tais como: proposta de serviços e documentos da empresa que se pretende contratar, além de outros elementos que se constituem no processo em si.

A inviabilidade de licitação ocorre pela impossibilidade jurídica ou técnica de competição e, na realidade, é uma das hipóteses de excepcionalidade à regra trazida pelo art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, que obriga Administração Pública a licitar, salvo exceções nela estabelecidas.

Preliminarmente, a importância da contratação do aludido serviço se dá pela necessidade do Poder Públicos em deter um escritório com experiência no mercado e nos aludidos serviços.

No Estado de Sergipe, e quiçá no Brasil, a empresa VILA NOVA, CARVALHO, SAMPAIO, CALUMBY E CONRADO ADVOGADOS ASSOCIADOS-EPP carrega um conceito de notória especialização pelos relevantes serviços já prestados e que vem prestando, principalmente quanto ao objeto da presente inexigibilidade. Destaque-se, o acréscimo de importante demanda deste Município, quanto ao acompanhamento e atuação no âmbito de programa e/ou ações voltadas a promover a regularização fundiária urbana (REURB), de acordo com a Lei Federal nº 13.465/17.

Os serviços discriminados no objeto, e os de dele decorrem, são daqueles que taxativamente se arrimam nos perfilhados no art. 13 da Lei Federal nº 8.666/93, o que com precisão, encontra amparo no inciso III, do mesmo artigo, porquanto, os serviços de Assessoria e Consultoria, estão elencados naquele dispositivo legal.

Ademais, os serviços a serem contratados possuem a singularidade exigida para ser enquadrado como inexigível, pois possuem toda uma especificidade. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, por excelência, esclarece-nos:

"A singularidade, como textualmente estabelece a lei, é do objeto do contrato; é o serviço pretendido pela Administração que é singular e não o executor do serviço. Aliás, todo profissional é singular, posto que esse atributo é próprio da natureza humana. Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preço, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma".



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA

Mostra N° 706

[Handwritten signature]

Nesse sentido, o § 1º do art. 25 da Lei de Licitações, delimitou a questão da notória especialização, ao dispor:

§ 1º "Considera-se notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto contratado."

A empresa VILA NOVA, CARVALHO, SAMPAIO, CALUMBY E CONRADO ADVOGADOS ASSOCIADOS-EPP, preenche os requisitos exigidos no dispositivo acima transcrito, conforme se depreende da vasta documentação que acompanha e instrui a presente justificativa, corroborada pela lição do imortal administrativista Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

"... serviços técnicos profissionais especializados, no consenso doutrinário, são os prestados por quem, além da habilitação técnica e profissional – exigida para os serviços técnicos profissionais em geral – aprofundou-se nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de cursos de pós-graduação ou estágios de aperfeiçoamento."

A empresa VILA NOVA, CARVALHO, SAMPAIO, CALUMBY E CONRADO ADVOGADOS ASSOCIADOS-EPP, mantém um comportamento ético exemplar e um bom entendimento com os órgãos públicos que se relaciona com esta Prefeitura.

A escolha pela empresa VILA NOVA, CARVALHO, SAMPAIO, CALUMBY E CONRADO ADVOGADOS ASSOCIADOS-EPP, não foi contingencial, depreende-se do fato de que ela realmente se enquadra e preenche todos os requisitos estabelecidos no Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos, como também face aos motivos acima elencados como *conditio sine qua non* à contratação direta.

A empresa demonstra capacidade técnica singular, através de seus profissionais.

Considerando, a Lei Complementar Municipal nº 37 de 22 de novembro de 2013, que dispõe sobre a criação da Procuradoria Geral do Município de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA

Folha N: 707

Itabaiana, em substituição à Advocacia Geral existente, estabelece, em seu art. 4º, § 3º que, *“Uma vez demonstrado o interesse da Administração, e objetivando conferir uma maior efetividade aos serviços jurídicos prestados pela Procuradoria Geral do Município, poderá ser contratada empresa de advocacia de notável saber jurídico para acompanhamento e representação do Município em situações reconhecidamente complexas, específicas ou que tramitem pelos Tribunais.”*

É preciso lembrar que a licitação não tem um fim em si mesmo, é um meio para alcançar o melhor interesse público e beneficiar à administração. No caso em tela o melhor interesse público se perfaz com a inexigibilidade do certame, autorizando, inclusive, pela dita normativa municipal.

Por derradeiro, que o preço contratual a ser pactuado, encontra-se compatível com o praticado no âmbito da Administração Pública Municipal e de acordo com os praticados no mercado, a Comissão de Licitação teve o zelo de realizar pesquisa verbal de preços junto a outras empresas do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, tendo o VILA NOVA, CARVALHO, SAMPAIO, CALUMBY E CONRADO ADVOGADOS ASSOCIADOS-EPP, sempre obtido preço compatível ao praticado pelas outras empresas. Além disso, o serviço a ser executado é ímpar, tornando-o singular, não permitindo, assim, comparações, por ser também individualizado e ter sua peculiaridade.

Em decisão proferida nos autos do processo nº 202052000521, o Ilustre Julgador Herval Márcio Silveira Vieira da 1ª Vara Cível da Comarca de Itabaiana/SE, ao dispor sobre o valor da contratação de escritórios de advocacia, ponderou que:

“(…) outro diploma normativo também deve ser analisado quando se trata de contratar escritório advocatício na forma estabelecida pela Lei de Licitações e Contratos, qual seja, o Código de Ética da Advocacia, pois sendo o advogado indispensável à administração da justiça, sua atuação não pode se dar mediante uma disputa cujo critério de julgamento envolva o menor preço ofertado. O duelo entre advogados por clientes com base no menor preço, implicaria na mercantilização profissional, conduta incompatível com o exercício da advocacia, nos exatos termos do Código de Ética e Disciplina do OAB.

Sobre essa incompatibilidade também assim já se manifestou o E. STF, como se infere das palavras do Ministro aposentado Sepúlveda Pertence, a respeito:

